

# RELATÓRIO DO ESTADO DO AMBIENTE 2009

## 10 INDICADORES



### Legenda:



Tendência Positiva, progredindo em direção aos objetivos e metas desejáveis



Alguns desenvolvimentos positivos mas ainda insuficientes para atingir os objetivos e metas desejáveis

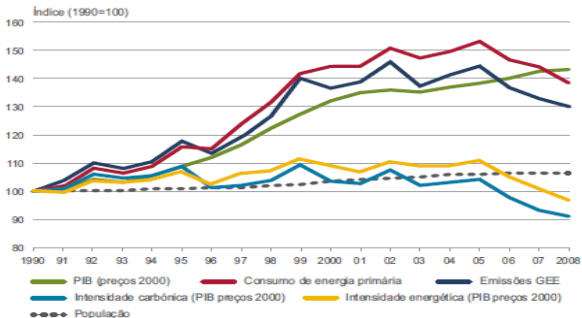


Tendência desfavorável

# CARACTERIZAÇÃO GERAL



## Evolução relativa do PIB e da população e impactes ambientais associados



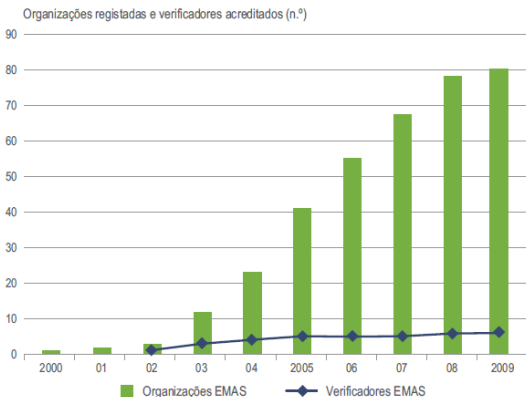
Fonte: APA, 2010; INE, 2010; DGEG, 2010

A evolução relativa do PIB e de outros indicadores ambientais mostra uma tendência de dissociação entre a criação de riqueza e os impactes negativos no ambiente, com especial destaque para a redução das emissões de gases com efeito de estufa. Em 2008, Portugal registou o valor mais baixo de intensidade energética no período 1998-2008. Relativamente à intensidade carbónica, foi alcançado, no mesmo ano, um valor inferior à média da UE-27.

# GESTÃO AMBIENTAL



## Organizações registadas no EMAS e verificadores acreditados, em Portugal



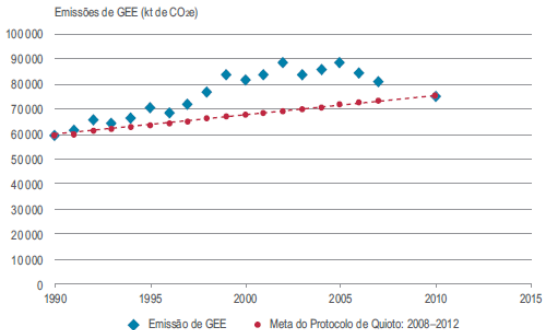
Fonte: APA, 2010; IPAC, 2010

Em 2009 existiam, em Portugal, 80 organizações registadas de acordo com o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) e seis verificadores acreditados. O nosso país manteve a posição obtida no ano anterior (6º) na lista dos 27 países da UE com mais organizações registadas no EMAS.

# ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



## Principais emissões de GEE (CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O) e compromissos para o período 2008-2012



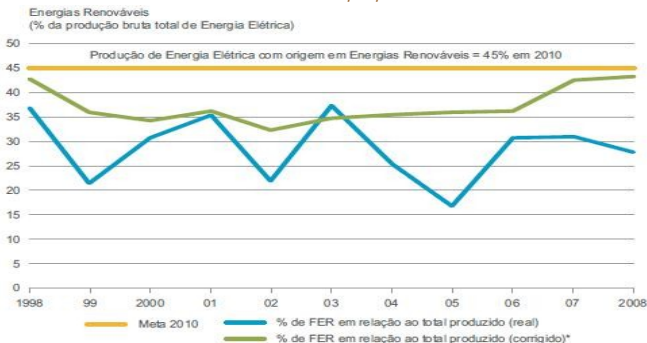
Fonte: APA, 2010

As emissões de gases com efeito de estufa (GEE) aumentaram significativamente desde 1990, em média 3% ao ano até 2005, ano a partir do qual se registou um decréscimo anual médio igualmente de 3%. Em 2008 as emissões de GEE situaram-se cerca de 30% acima do valor de 1990 (face à Quantidade Atribuída), ou seja, aproximadamente 3% acima da meta estabelecida por Portugal para o período 2008-2012.

# ENERGIAS RENOVÁVEIS



**Percentagem da produção bruta de energia elétrica com base em fontes de energia renováveis, em Portugal continental, e comparação com a meta da Diretiva 2001/77/CE**



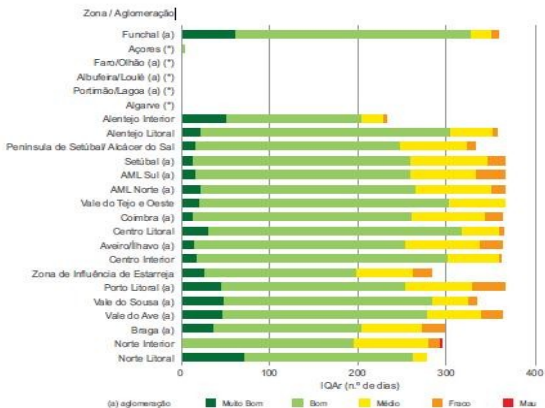
\* O total de energia elétrica produzida foi corrigido com o Índice de Produtibilidade Hidroelétrica (IPH) para efeitos de comparação com meta estabelecida na Diretiva 2001/77/CE.

Fonte: DGEG, 2010

A incorporação de Fontes de Energia Renováveis (FER) no consumo bruto de energia elétrica foi de 43,3% em 2008, o que evidencia que Portugal se está a aproximar da meta estabelecida (45% em 2010). Portugal foi, no mesmo ano, o 5º país da UE-27 com maior incorporação de energias renováveis no consumo final de energia, encontrando-se acima da média europeia (10,3%).



## Índice de Qualidade do Ar em 2009

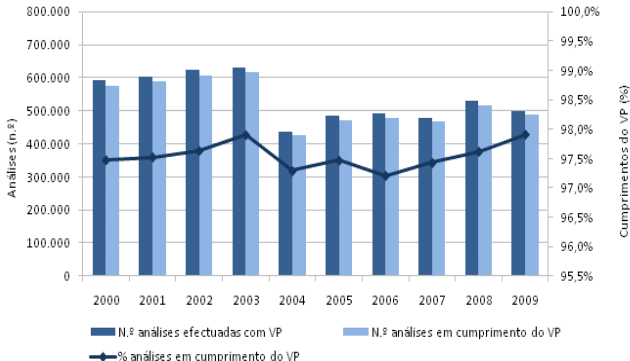


Fonte: CCDR Norte, CCDR Centro, CCDR Lisboa e Vale do Tejo, CCDR Alentejo, CCDR Algarve, DRA Açores, DRA Madeira, 2010

Em 2009 a classe predominante do Índice de Qualidade do Ar (IQA) foi "Bom". No mesmo ano, o número de dias de qualidade do ar "Boa" aumentou, em relação ao ano anterior, enquanto o número de dias em que a classificação foi "Muito Boa", "Média", "Fraca" ou "Má" diminuiu.



## Análises em cumprimento dos valores paramétricos



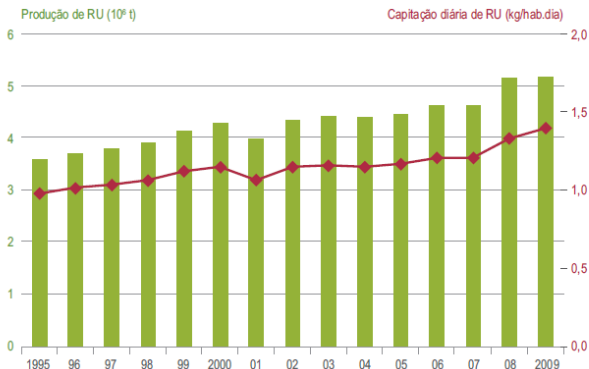
Fonte: ERSAR, 2010

Em 2009 a percentagem de análises realizadas à qualidade da água destinada ao consumo humano situou-se nos 99,84%, mantendo a tendência de subida registada nos anos anteriores, à semelhança do que ocorreu com a percentagem de cumprimento dos valores paramétricos (VP), que passou de 97,62%, em 2008, para 97,84%, em 2009.

# RESÍDUOS



## Produção e captação diária de Resíduos Urbanos em Portugal continental



Fonte: APA, 2010

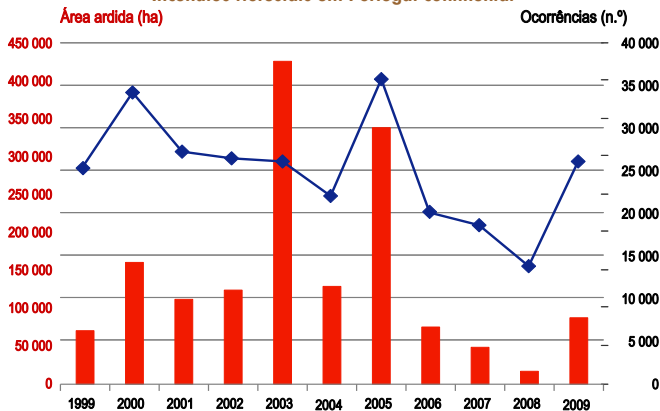
Em 2009 produziram-se, no Continente, 5,185 milhões de toneladas de resíduos urbanos (RU), valor superior à meta estabelecida pelo PERSU II em cerca de 140 mil toneladas. A captação anual no nosso país em 2009 foi de 511 kg por habitante, o que corresponde a uma produção diária de 1,4 kg por habitante, valor que apesar de ter vindo a aumentar desde 2004 se encontra abaixo da captação média europeia.



# RISCOS



## Incêndios florestais em Portugal continental



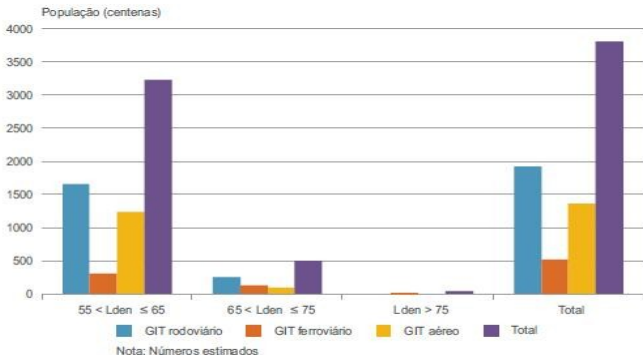
Fonte: AFN, 2010

Em 2009 contabilizaram-se em Portugal 26 136 ocorrências (das quais 5 862 são incêndios florestais), que se traduziram em 86 674 ha ardidos, cerca de cinco vezes a área ardida em 2008. Cumpriu-se, mais uma vez, a meta inscrita no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios de reduzir a área ardida a 100 mil ha/ano em 2012.

# RUÍDO



## População exposta a Ruído, Lden em dB(A), de grandes infraestruturas de transporte (GIT) rodoviário, ferroviário e aéreo (dezembro 2009)



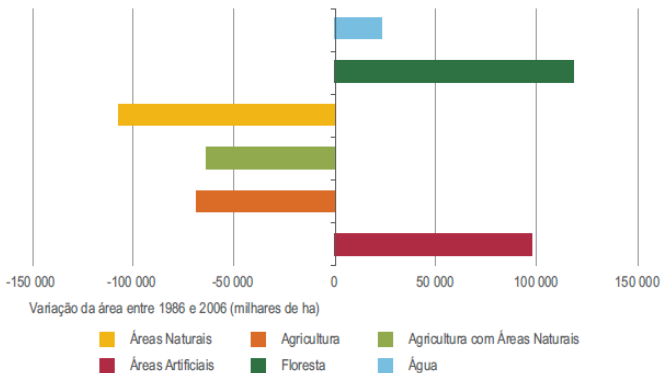
Fonte: APA, 2010

Apesar de apenas algumas infraestruturas rodoviárias terem sido reportadas, é possível verificar que o ruído rodoviário é o que mais se faz sentir. Conclui-se ainda que uma pequena percentagem da população está exposta a ruído que excede os valores limite admissíveis, pelo que os planos de ação deverão incidir prioritariamente sobre essa população.

# OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO



Varição da área de cada classe do uso do solo entre 1986 e 2006



Fonte: IGP, 2010

Da análise efetuada para o período de 1986 a 2006, das classes de ocupação do solo, em termos percentuais as “áreas artificiais” é a classe com maior aumento (46%), crescimento esse feito, sobretudo, à custa de áreas agrícolas. A floresta, apesar de registar o maior valor absoluto de crescimento, apenas cresceu 4%, dado ser a classe mais abundante no país.

### **Contribuíram para o REA 2009 as seguintes entidades:**

AFN – Autoridade Florestal Nacional (MADRP); ANCP – Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (MFAP); CCDR Alentejo – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (MAOT); CCDR-Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (MAOT); CCDR-Centro – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (MAOT); CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (MAOT); CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (MAOT); DRA Açores – Direção Regional do Ambiente Açores; DRA Madeira – Direção Regional do Ambiente Madeira; DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia (MEI); DGPA – Direção-Geral das Pescas e Aquicultura (MADRP); DPP – Departamento de Prospeção e Planeamento e Relações Internacionais (MAOT); ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (MAOT); GPP – Gabinete de Planeamento e Políticas (MADRP); ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (MAOT); IGP – Instituto Geográfico Português (MAOT); IM – Instituto de Meteorologia, I.P. (MCTES); INAG – Instituto da Água, I.P. (MAOT); INE – Instituto Nacional de Estatística, I.P. (PCM); IPAC – Instituto Português de Acreditação.

**Nota:** Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.